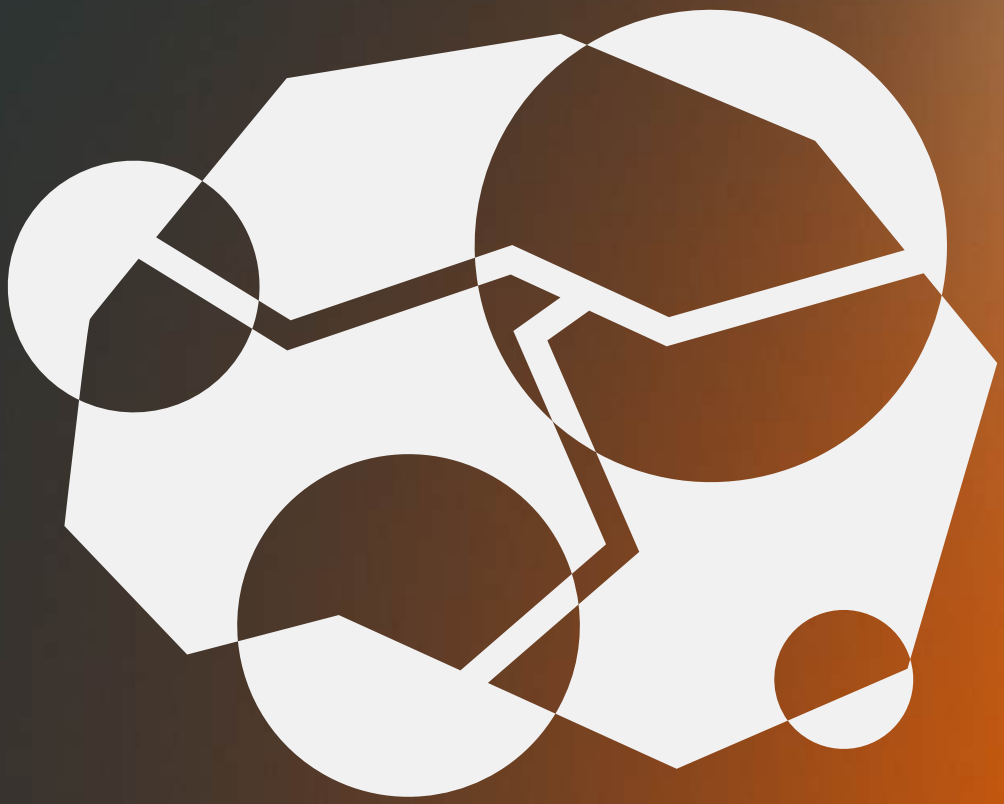
observatório de equidade educacional
NEES - UFAL

POLICY BRIEF

DESEMPENHO ACIMA DO ESPERADO: O QUE OS MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE SUPERAM SEU CONTEXTO SOCIOECONÔMICO PODEM ENSINAR À POLÍTICA EDUCACIONAL

Uma análise do desempenho escolar ajustado pelo nível socioeconômico nos municípios brasileiros (IDEB 2023)




OBSERVATÓRIO • DE EQUIDADE • EDUCACIONAL •
NEES • UFAL

Ficha Técnica

COMISSÃO CIENTÍFICA

Angelina Nunes de Vasconcelos (UFAL)
Gabriel Fortes (UFAL)
Leonardo Soares e Silva (IFPE-Garanhuns)
Paula Miura (UFAL)
Rodrigo Lins (UFRPE)

NEES

Conselho de Administração
Alan Pedro da Silva
Diego Dermeval
Edmilson Fialho
Ig Bittencourt
Leonardo Brandão Marques
Seiji Isotani

Presidência do Conselho de Administração
Edmilson Fialho

Diretoria Executiva
André Magno

Diretoria de Operações
Paula Neto

UFAL

Reitoria
Josealdo Tonholo

Vice-reitoria
Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Instituto de Computação
Thiago Cordeiro

SOBRE ESSE DOCUMENTO

Autoria
Beatriz Lobato

Revisão
Gabriel Fortes

Projeto Gráfico
Luiza Maria Lins Costa

Sumário

5 Mensagens-chave

6 Resumo executivo

6 Resultados e recomendações

- 6 Principais resultados
- 7 Recomendações

7 Introdução

- 7 Delimitação do problema
- 9 Caracterização do âmbito da política pública estudada

9 Metodologia

9 Resultados e discussão

13 Conclusão e recomendações

14 Limitações e condições de transferibilidade

15 Declarações

- 15 Aprovação ética
- 15 Conflito de interesse
- 15 Disponibilidade de dados e materiais
- 15 Financiamento

16 Referências

Mensagens-chave

- Em todas as regiões do Brasil há municípios que alcançam desempenho escolar (IDEB 2023) acima do esperado para seu nível socioeconômico (INSE) — esses casos são hoje invisíveis aos painéis públicos de monitoramento.
- A relação entre nível socioeconômico e desempenho varia fortemente por região: no Norte ela é mais forte ($r = 0,53$), enquanto no Nordeste é praticamente nula ($r = -0,01$), sugerindo que políticas estaduais podem romper a determinação socioeconômica. [MEC/Inep, secretarias estaduais]
- Recomenda-se a incorporação de um indicador de "desempenho ajustado pelo contexto socioeconômico" nos painéis oficiais de monitoramento educacional, como complemento ao IDEB bruto. [MEC/Inep]
- Enquanto o caso do Nordeste/Ceará já é discutido na literatura, a região Norte — onde a determinação socioeconômica do desempenho é a mais forte do país — carece de um diagnóstico equivalente, e merece uma agenda de pesquisa dedicada. [Secretarias estaduais de educação do Norte; universidades federais; MEC/Inep]

1. Resumo

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é amplamente utilizado para monitorar o desempenho escolar dos municípios brasileiros, mas seus resultados refletem, em grande parte, o nível socioeconômico (INSE) das comunidades atendidas (Soares; Xavier, 2013; INEP, 2015). O próprio Inep reconhece que há escolas que conseguem obter desempenho além do que seria esperado para seu nível socioeconômico, assim como há escolas cujos resultados ficam aquém (INEP, 2015) — mas painéis públicos de monitoramento raramente apresentam o desempenho ajustado por esse contexto de forma sistemática para o universo de municípios, dificultando a identificação de casos de referência que poderiam ser estudados e potencialmente replicados.

Este estudo utiliza dados do IDEB 2023 (anos iniciais, rede pública) e do INSE para todos os municípios brasileiros, estimando por meio de regressão linear (OLS) o desempenho esperado de cada município dado seu nível socioeconômico. A diferença entre o desempenho observado e o esperado (resíduo) identifica municípios que superam ou ficam abaixo das expectativas. A análise mostra que a força dessa relação varia substancialmente entre regiões: no Norte, o nível socioeconômico explica fortemente o desempenho ($r = 0,53$), a correlação mais forte do país; no Nordeste, essa relação é praticamente nula ($r = -0,01$), sugerindo que fatores institucionais — possivelmente políticas estaduais de alfabetização e avaliação, já discutidas na literatura para o caso do Ceará — podem ter permitido que municípios pobres alcançassem desempenho equivalente ao de municípios mais ricos. O contraste entre essas duas regiões é, em si, um achado relevante: enquanto o Nordeste já conta com um corpo de evidências sobre o que pode estar funcionando, o Norte carece de um diagnóstico equivalente sobre por que essa ruptura não ocorre.

Recomenda-se que o MEC/Inep incorpore um indicador de desempenho ajustado pelo contexto socioeconômico aos painéis públicos de monitoramento, e que secretarias estaduais de educação utilizem a identificação desses municípios "acima do esperado" como critério para priorização de visitas técnicas, intercâmbio de práticas e disseminação de estratégias entre redes municipais.

2. Resultados e recomendações

2.1. Principais resultados

- O desempenho escolar (IDEB 2023, anos iniciais, rede pública) está moderadamente associado ao nível socioeconômico dos municípios ($r = 0,55$), mas essa relação não é determinista: há municípios pobres com

IDEB alto e municípios ricos com IDEB abaixo do esperado.

- A força dessa associação varia fortemente por região: no Norte, é a mais forte do país (r = 0,53); no Nordeste, é praticamente nula (r = -0,01) — municípios pobres e ricos da região performam de forma semelhante.
- A heterogeneidade regional sugere que o contexto socioeconômico não é um destino fixo: fatores institucionais e de política educacional podem alterar substancialmente a relação entre pobreza e desempenho escolar.

2.2. Recomendações

- Incorporar um indicador de "desempenho ajustado pelo nível socioeconômico" (resíduo da regressão IDEB~INSE) aos painéis públicos de monitoramento educacional, como complemento ao IDEB bruto, permitindo identificar sistematicamente municípios de alto desempenho relativo. [MEC/Inep]
- Utilizar a lista de municípios com desempenho acima do esperado como insumo para priorização de visitas técnicas, programas de intercâmbio entre redes e disseminação de práticas pedagógicas e de gestão. [Secretarias estaduais de educação]
- Priorizar, em parceria com universidades federais da região, uma agenda de pesquisa dedicada a entender por que o Norte não apresenta uma ruptura entre nível socioeconômico e desempenho equivalente à observada no Nordeste — examinando desafios logísticos de implementação de políticas em territórios extensos e dispersos e possíveis spillovers regionais entre municípios vizinhos. [Secretarias estaduais de educação do Norte; universidades federais; MEC/Inep]

3. Introdução

3.1. Delimitação do problema

A literatura de avaliação educacional brasileira estabelece, há mais de uma década, que o desempenho escolar medido pelo IDEB está fortemente associado ao contexto socioeconômico das famílias e comunidades atendidas pelas escolas. O próprio INSE foi desenvolvido pelo Inep com o objetivo declarado de contextualizar os resultados das avaliações (INEP, 2015), e sua validade como

proxy socioeconômica foi confirmada por meio da correlação de Pearson entre o INSE médio municipal e a renda per capita dos municípios, que alcançou 0,91 (Soares; Xavier, 2013). Soares e Xavier (2013) destacam, ainda, que uma sólida literatura mostra que o desempenho dos alunos está fortemente associado ao seu nível socioeconômico, de modo que a alta associação entre o IDEB e o INSE das escolas não surpreende. Estudos subsequentes confirmaram essa associação em diferentes recortes: no Espírito Santo, um modelo de regressão envolvendo o INSE e outras variáveis de contexto explicou 50,8% da variação no IDEB das escolas estaduais de ensino médio (Soares; Santos, 2024); no Piauí, o INSE figurou entre os principais determinantes do IDEB nas redes municipais dos anos iniciais (Souza; Sousa; Silva, 2024).

Essa literatura converge para uma conclusão consistente: comparar o IDEB de municípios sem considerar seu nível socioeconômico produz uma leitura distorcida do desempenho escolar, atribuindo a gestão e qualidade de ensino diferenças que, em boa medida, refletem desigualdades socioeconômicas pré-existentes. Como decorrência, a literatura também já documenta casos específicos em que essa lógica é rompida — o caso mais discutido sendo o do Ceará, cujo desempenho educacional acima do esperado para sua renda é atribuído, em parte, a políticas estaduais de alfabetização como o PAIC, com ganhos de equidade documentados por meio de métodos de diferenças em diferenças (Kasmirski; Gusmão; Ribeiro, 2017).

No entanto, essa literatura é predominantemente analítica e pontual: os estudos existentes investigam a relação INSE-IDEB em recortes específicos (um estado, uma rede, um nível de ensino) ou documentam qualitativamente casos de sucesso já conhecidos, como o do Ceará. O que ainda não existe — e que constitui a lacuna que este estudo busca preencher — é a operacionalização sistemática dessa lógica como um indicador de monitoramento aplicável, de forma simultânea e comparável, a todos os municípios brasileiros. Sem esse indicador, a identificação de municípios que rompem a determinação socioeconômica do desempenho depende de pesquisadores notarem casos individuais a posteriori — como ocorreu com o Ceará —, e não de um critério sistemático disponível a gestores em tempo real.

Este estudo propõe e aplica esse indicador — o resíduo de uma regressão IDEB~INSE, calculado para o universo de municípios brasileiros — e demonstra, por meio de uma análise regional, que ele recupera padrões já apontados qualitativamente pela literatura (a concentração de municípios cearenses entre os de maior desempenho relativo) ao mesmo tempo em que revela padrões ainda pouco discutidos, como a ausência de uma ruptura equivalente na região Norte.

3.2. Caracterização do âmbito da política pública estudada

O estudo tem como referência o sistema de avaliação da educação básica brasileira, centrado no IDEB, calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a partir dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e das taxas de aprovação do Censo Escolar. O recorte territorial é nacional, abrangendo todos os municípios brasileiros com dados disponíveis para os anos iniciais do ensino fundamental da rede pública, com referência ao ano de 2023 — edição mais recente do IDEB e do Indicador de Nível Socioeconômico (INSE) disponível no momento da análise.

4. Metodologia

A correlação entre IDEB 2023 (anos iniciais, rede pública) e INSE no conjunto dos municípios brasileiros é moderada-forte (r = 0,55), confirmando que o nível socioeconômico é um preditor relevante do desempenho escolar em escala nacional (Figura 1). Vale notar que a correlação nacional tende a ser superior às correlações regionais isoladas porque incorpora também a variação entre regiões: o Sul e o Sudeste apresentam, em média, INSE e IDEB mais altos do que o Norte e o Nordeste, e essa separação entre grupos amplifica a tendência observada quando todos os municípios são analisados em conjunto. No entanto, a distribuição dos resíduos da regressão IDEB~INSE revela uma heterogeneidade considerável: existem municípios em todas as faixas de INSE e em todas as regiões que performam acima ou abaixo do valor previsto pelo modelo (Figura 2), o que indica que o nível socioeconômico, embora relevante, não determina integralmente o desempenho escolar. Entre os casos mais extremos, destacam-se municípios cearenses e alagoanos com resíduos acima de +4,3 pontos — como Pires Ferreira (CE), Santana do Mundaú (AL) e Coreaú (CE) — e municípios do Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Amapá com resíduos abaixo de -1,8 pontos, como Manaquiri (AM), Itapebi (BA) e Bodoquena (MS). Por se tratar de valores extremos de um único ano, esses casos devem ser lidos como ponto de partida para verificação, incluindo as taxas de participação no Saeb, e não como diagnóstico definitivo do desempenho de cada rede.

5. Resultados e discussão

A correlação entre IDEB 2023 (anos iniciais, rede pública) e INSE no conjunto dos municípios brasileiros é moderada-forte (r = 0,55), confirmando que o

nível socioeconômico é um preditor relevante do desempenho escolar em escala nacional (Figura 1). Vale notar que a correlação nacional tende a ser superior às correlações regionais isoladas porque incorpora também a variação entre regiões: o Sul e o Sudeste apresentam, em média, INSE e IDEB mais altos do que o Norte e o Nordeste, e essa separação entre grupos amplifica a tendência observada quando todos os municípios são analisados em conjunto. No entanto, a distribuição dos resíduos da regressão IDEB~INSE revela uma heterogeneidade considerável: existem municípios em todas as faixas de INSE e em todas as regiões que performam acima ou abaixo do valor previsto pelo modelo (Figura 2), o que indica que o nível socioeconômico, embora relevante, não determina integralmente o desempenho escolar. Entre os casos mais extremos, destacam-se municípios cearenses e alagoanos com resíduos acima de +4,3 pontos — como Pires Ferreira (CE), Santana do Mundaú (AL) e Coreaú (CE) — e municípios do Amazonas, Bahia, Mato Grosso do Sul e Amapá com resíduos abaixo de -1,8 pontos, como Manaquiri (AM), Itapebi (BA) e Bodoquena (MS). Por se tratar de valores extremos de um único ano, esses casos devem ser lidos como ponto de partida para verificação, incluindo as taxas de participação no Saeb, e não como diagnóstico definitivo do desempenho de cada rede.

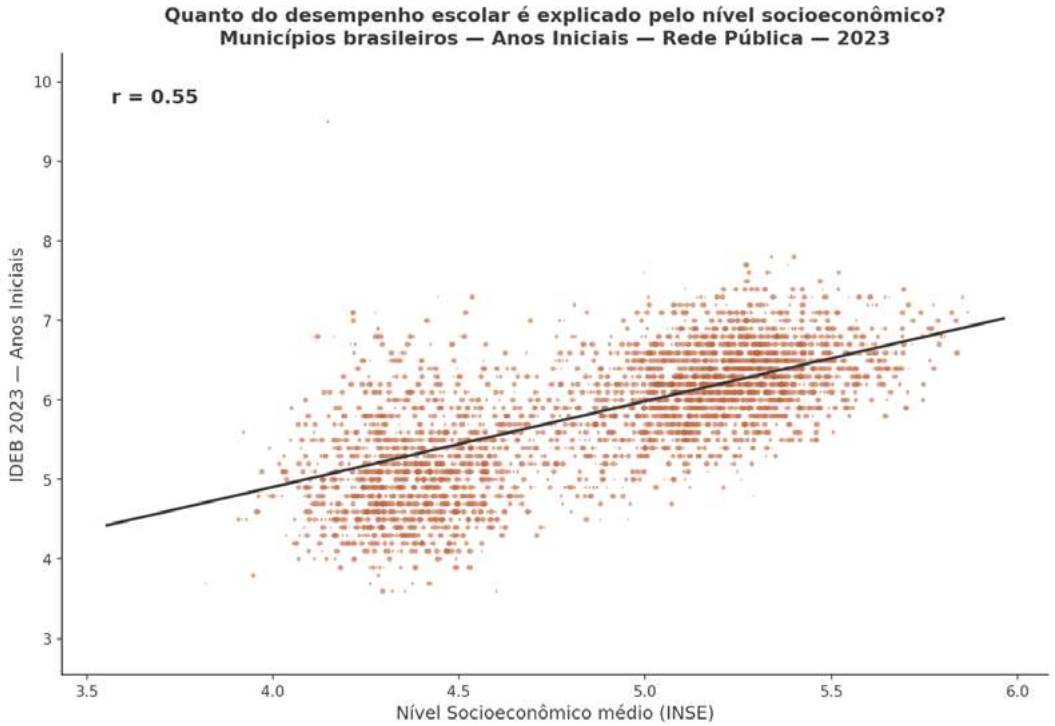


Figura 1. Relação entre IDEB 2023 e INSE nos municípios brasileiros (r = 0,55).

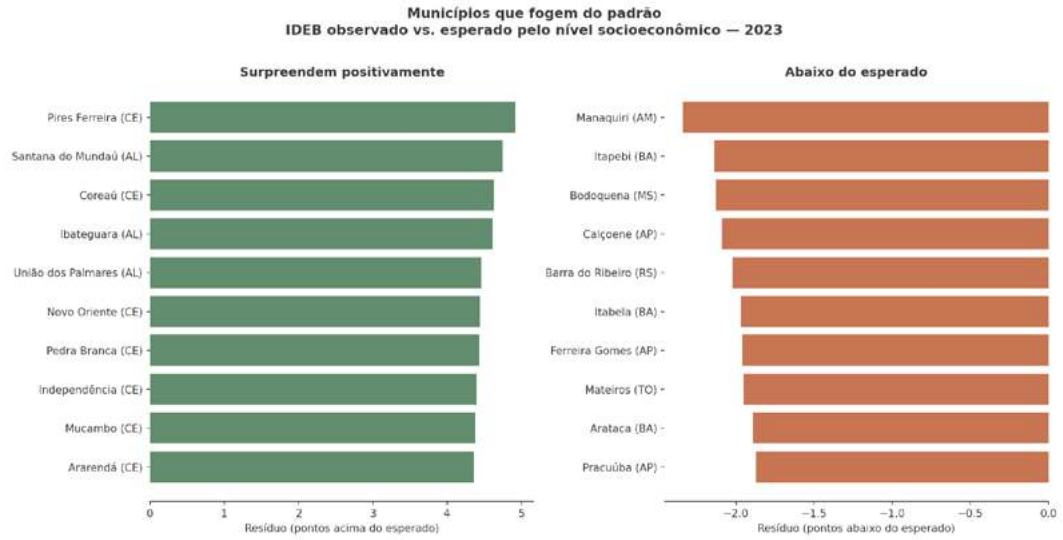


Figura 2. Municípios com maior resíduo positivo e negativo — IDEB observado vs. esperado pelo INSE, 2023.

O achado mais substantivo deste estudo emerge da análise por região (Figura 3). Ao replicar a regressão separadamente para cada uma das cinco regiões, observa-se que a força da associação IDEB-INSE varia de forma marcante: no Norte, a correlação é a mais forte do país (r = 0,53), próxima à média nacional; no Sudeste (r = 0,42) e no Centro-Oeste (r = 0,34), a associação é moderada; no Sul, ela é mais fraca (r = 0,24); e no Nordeste, é praticamente nula (r = -0,01) — municípios nordestinos com INSE baixo apresentam, em média, desempenho tão variável quanto municípios com INSE alto. No Nordeste, fatores que não o nível socioeconômico das famílias — possivelmente políticas estaduais de alfabetização e avaliação, como o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), implementado no Ceará e replicado em outros estados da região — podem ter peso maior na determinação do desempenho escolar do que a riqueza do município. Trata-se, contudo, de uma hipótese interpretativa: este estudo não testa relações causais entre políticas estaduais e desempenho, e não pode descartar explicações alternativas, como possíveis efeitos de seleção ou exclusão de alunos mais vulneráveis do sistema — o que, se presente, inflacionaria artificialmente o IDEB sem refletir aprendizagem inclusiva. Estudos sobre o PAIC, utilizando o método de diferenças em diferenças, encontraram que o programa aumentou entre 9,6 e 13 pontos percentuais a probabilidade de uma criança atingir o nível adequado de proficiência em Língua Portuguesa, sendo responsável por pelo menos 39% do aumento dessa proporção entre 2007 e 2011, com ganhos particularmente expressivos em escolas que atendem majoritariamente alunos de baixo nível socioeconômico (Kasmirski; Gusmão; Ribeiro, 2017). A concentração de municípios cearenses entre os casos de maior resíduo positivo é consistente com essa hipótese (Figura 2).

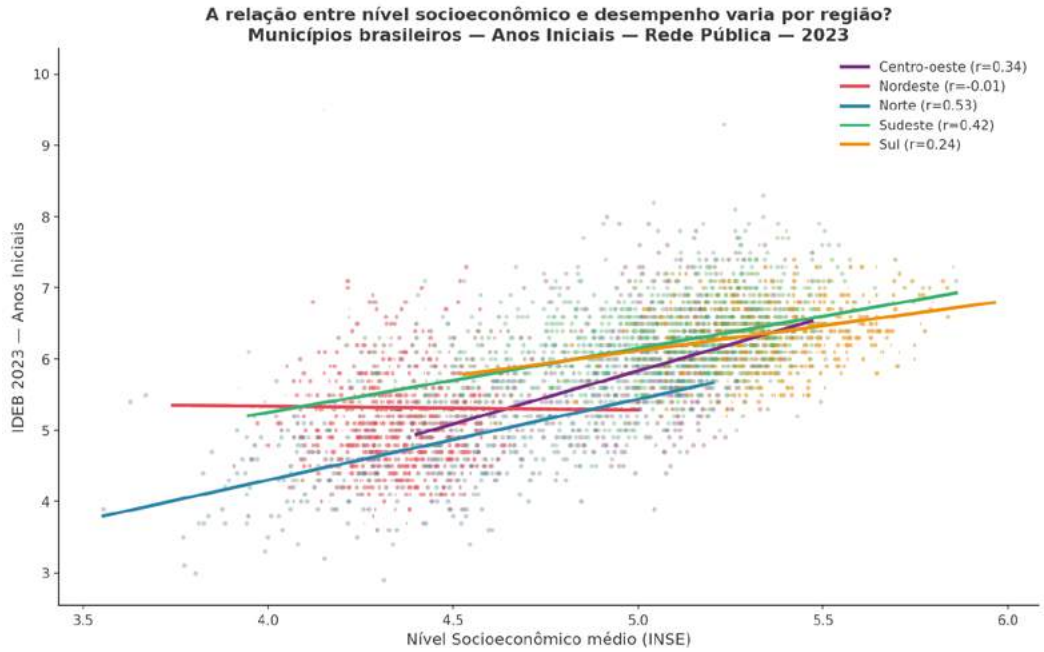


Figura 3. Relação entre IDEB 2023 e INSE por região, com linhas de tendência regionais.

A literatura sobre essa heterogeneidade regional tende a se concentrar no caso do Nordeste — em particular no Ceará —, perguntando-se o que essas redes fizeram de diferente para romper a determinação socioeconômica do desempenho. A pergunta inversa, no entanto, permanece pouco explorada: por que o Norte é, de todas as regiões, aquela em que o nível socioeconômico prediz melhor o desempenho escolar — ou seja, aquela em que essa "ruptura" praticamente não ocorre? Embora este estudo não permita responder a essa pergunta, é possível levantar hipóteses que orientem pesquisas futuras. Uma possibilidade é de natureza geográfica e logística: estudos sobre a Amazônia documentam que a vasta extensão territorial, a predominância de áreas rurais e ribeirinhas e a dispersão populacional impõem desafios logísticos importantes à oferta educacional, exigindo modalidades de transporte escolar diversificadas — fluvial, terrestre adaptado, aéreo — e que a falta de infraestrutura associada a esses desafios constitui barreira ao direito à educação na região (Batista; Martins, 2025). Um estudo de econometria espacial sobre os municípios da Região Norte encontrou ainda que indicadores como taxa de pobreza, analfabetismo e trabalho infantil não apenas impactam negativamente o desenvolvimento educacional do próprio município, mas também transbordam para municípios vizinhos, configurando spillovers educacionais regionais (Lobão; Silva, 2018). Se políticas estaduais de alfabetização e avaliação — do tipo associado à ruptura observada no Ceará — dependem de uma infraestrutura de acompanhamento técnico que se torna mais cara e logisticamente mais difícil de implementar de forma

homogênea em territórios extensos e dispersos, e se municípios vizinhos tendem a compartilhar condições socioeconômicas desfavoráveis que se reforçam mutuamente, isso poderia ajudar a explicar por que o Norte não apresenta uma ruptura equivalente à do Nordeste.

Em conjunto, esses resultados mostram que um indicador simples — o resíduo de uma regressão IDEB~INSE — é capaz de recuperar, de forma sistemática e em escala nacional, tanto padrões já identificados qualitativamente em casos isolados, como o do Ceará (Kasmirski; Gusmão; Ribeiro, 2017), quanto padrões ainda pouco discutidos, como a persistência da determinação socioeconômica no Norte. Isso reforça o argumento central deste brief: um indicador de desempenho ajustado pelo contexto socioeconômico, sistematicamente calculado e disponibilizado, permitiria não apenas identificar municípios de referência de forma automática e replicável — sem depender de pesquisadores notarem casos individuais a posteriori —, mas também colocar em evidência lacunas regionais, como a do Norte, que hoje permanecem secundárias na agenda de pesquisa sobre desempenho educacional e que merecem investigação dedicada.

6. Conclusão e recomendações

Este estudo demonstrou que, embora o desempenho escolar no Brasil esteja moderadamente associado ao nível socioeconômico dos municípios, essa associação varia de forma marcante entre regiões — sendo praticamente nula no Nordeste e a mais forte do país no Norte. Esse padrão revela que municípios podem performar acima do que seu contexto socioeconômico prediria, e que essa capacidade de "fugir do padrão" está distribuída de forma desigual pelo território. No Nordeste, essa heterogeneidade já vem sendo associada na literatura a políticas estaduais de alfabetização e avaliação, como o PAIC; no Norte, por outro lado, a persistência da determinação socioeconômica do desempenho permanece uma lacuna pouco explorada, para a qual este estudo aponta hipóteses — de natureza geográfica, logística e de spillovers regionais — que merecem investigação dedicada.

A primeira mensagem-chave deste brief — de que existem, em todas as regiões, municípios com desempenho acima do esperado, hoje invisíveis aos painéis públicos — aponta para a recomendação central dirigida ao MEC/Inep: a incorporação de um indicador de desempenho ajustado pelo nível socioeconômico aos painéis oficiais de monitoramento (como o painel do IDEB e instrumentos

correlatos), calculado a partir do resíduo de uma regressão IDEB~INSE, de implementação técnica simples e baixo custo.

A segunda mensagem — sobre a heterogeneidade regional na determinação socioeconômica do desempenho — direciona-se às secretarias estaduais de educação, especialmente do Norte e Nordeste. Recomenda-se que secretarias estaduais utilizem a identificação de municípios com desempenho acima do esperado como critério de priorização para visitas técnicas e programas de intercâmbio entre redes municipais, operacionalizáveis por meio de programas já existentes de assistência técnica e formação continuada. Adicionalmente, recomenda-se que secretarias estaduais do Nordeste, em parceria com pesquisadores, investiguem em maior profundidade quais componentes de suas políticas estaduais de alfabetização e avaliação têm contribuído para a ruptura observada entre nível socioeconômico e desempenho.

Por fim, recomenda-se que secretarias estaduais de educação do Norte, em conjunto com universidades federais da região e o MEC/Inep, priorizem uma agenda de pesquisa dedicada a entender por que a região não apresenta uma ruptura equivalente à do Nordeste — investigando, em particular, o papel de desafios logísticos de implementação de políticas de acompanhamento pedagógico em territórios extensos e dispersos, e de possíveis spillovers regionais entre municípios vizinhos. Diferentemente do Nordeste, onde já existe um corpo de evidências sobre o que funcionou, o Norte carece hoje de um diagnóstico equivalente — e o indicador proposto neste brief pode servir como ponto de partida para identificar, dentro da própria região, os poucos municípios que conseguem performar acima do esperado e que poderiam orientar essa investigação.

7. Limitações e condições de transferibilidade

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Primeiro, a análise é transversal (ano de referência 2023), não permitindo afirmações sobre tendências temporais ou causalidade — os resíduos identificam associações estatísticas, não relações de causa e efeito entre políticas estaduais e desempenho. Segundo, a análise não incorpora, neste momento, indicadores de inclusão educacional (como o Índice de Inclusão Educacional — IIE), que poderiam ajudar a distinguir municípios cujo desempenho acima do esperado reflete aprendizagem inclusiva daqueles cujo resultado pode estar

associado a processos de seleção ou exclusão de alunos do sistema. Essa incorporação constitui extensão natural e já planejada desta agenda de pesquisa. Terceiro, o recorte limita-se aos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública; os padrões podem diferir nos anos finais e no ensino médio.

Quanto à transferibilidade, os achados sobre a heterogeneidade regional na relação IDEB-INSE são específicos ao contexto brasileiro e ao período analisado, mas a abordagem metodológica — o cálculo de um indicador de desempenho ajustado pelo contexto socioeconômico via resíduos de regressão — é diretamente replicável para outros recortes territoriais, outras edições do IDEB e outros indicadores educacionais, constituindo uma ferramenta de baixo custo e fácil adaptação para sistemas de monitoramento subnacionais.

8. Declarações

8.1. Aprovação ética

Não aplicável. Esta pesquisa utilizou exclusivamente dados secundários, públicos e agregados por município (IDEB e INSE, divulgados pelo Inep), sem qualquer informação identificável sobre indivíduos, estando dispensada de submissão a comitê de ética em pesquisa com seres humanos.

8.2. Conflito de interesse

A autora declara não ter participado da formulação, implementação ou avaliação de qualquer política pública analisada neste estudo, e não possuir vínculo institucional, financeiro ou político que configure conflito de interesse.

8.3. Disponibilidade de dados e materiais

Os dados utilizados são públicos e estão disponíveis no portal de dados abertos do Inep (IDEB e INSE). A análise exploratória que fundamenta este estudo, incluindo visualizações dos resíduos por município e por região, está disponível em repositório aberto: https://beatrizlobato.github.io/analise_ideb_inse.html.

8.4. Financiamento

Esta pesquisa não recebeu financiamento de agências de fomento.

9. Referências

BATISTA, D. S.; MARTINS, E. Transporte escolar e a educação amazônica: oportunidades e demandas. Revista FT, v. 29, n. 143, fev. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) — Resultados 2023. Brasília: Inep, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Nota Técnica: Indicador de Nível Socioeconômico das Escolas de Educação Básica (INSE). Brasília: Inep, 2015.

KASMIRSKI, P. R.; GUSMÃO, J. B.; RIBEIRO, V. M. O Paic e a equidade nas escolas de ensino fundamental cearenses. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 848-872, set./dez. 2017.

LOBÃO, M. S. P.; SILVA, R. G. da. Spillovers Espaciais no desenvolvimento educacional dos municípios da Amazônia Clássica Brasileira. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 290-315, maio/ago. 2018.

LOBATO, B. Desigualdade educacional nos municípios brasileiros: quanto do desempenho escolar é explicado pelo nível socioeconômico? 2026. Disponível em: https://beatrizlobato.github.io/analise_ideb_inse.html.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. Educação e Sociedade, v. 34, n. 124, 2013.

SOARES, D. J. M.; SANTOS, W. Indicadores de avaliação de contexto e resultados educacionais no Ideb: uma análise das escolas estaduais de ensino médio no Espírito Santo. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 105, e5872, 2024.

SOUZA, R. G.; SOUSA, C. G.; SILVA, J. R. S. Determinantes do Ideb nas escolas municipais do estado Piauí nos anos iniciais do ensino fundamental: uma análise econométrica. Cadernos CEPEC, v. 13, n. 2, 2024.


OBSERVATÓRIO • DE EQUIDADE • EDUCACIONAL
NEES • UFAL